



**Nuno Severiano
Teixeira**

OPINIÃO

A segunda guerra fria

O confronto EUA-China está ao rubro e a gestão da pandemia acelerou essas tendências.

29 de Julho de 2020, 0:20

CONTEÚDO EXCLUSIVO

“Se o mundo livre não mudar a China comunista, a China comunista mudará o mundo livre.” Era o que pensava Kissinger e o que disse Nixon na viagem à China, em 1972, que marcou o início de uma nova era nas relações sino-americanas. Os Estados Unidos substituíram a confrontação pela cooperação e esperavam com isso que a abertura da economia provocasse, a prazo, uma abertura da política. A “cartada chinesa”, como então se chamou, não deu o resultado esperado. A China incorporou a economia de mercado no sistema comunista e gerou uma estranha síntese entre capitalismo de Estado e ditadura digital que se transformou numa espécie de neocomunismo. É essa China neocomunista que emerge como grande potência no século XXI e que disputa, hoje, a liderança mundial aos Estados Unidos.

Num primeiro momento, a competição foi moderada pela exigência de cooperação na agenda global. Tudo muda, porém, com Xi Jinping, em Pequim, e Donald Trump, em Washington. A chegada ao poder de Xi, em 2013, é marcada pelo reforço do autoritarismo na política interna e a afirmação internacional na política externa. E por uma estratégia revisionista que definiu como objectivo para a China a hegemonia global em 2049.



Por outro lado, a chegada ao poder de Trump, em 2016, marca uma viragem não menos significativa na política americana. Desde o pós-guerra que os Estados

Unidos perseguiram o objectivo da liderança mundial. Foram líderes da ordem ocidental, na guerra fria e líderes globais no pós-guerra fria. Trump rompeu com essa tradição. A *America First* fechou o país sobre si próprio, abandonou o objectivo de hegemonia internacional e atacou a própria ordem liberal que os Estados Unidos tinham construído. Em 2017, a Estratégia de Segurança Nacional americana declarou o regresso à rivalidade entre grandes potências e considerou a China como ameaça à segurança dos Estados Unidos. As duas estratégias chocaram frontalmente. A cooperação transformou-se em rivalidade. Tudo começou com uma guerra comercial, mas rapidamente o patamar subiu para uma guerra tecnológica. Não era só uma questão de tarifas. Era também uma guerra digital pela liderança do 5G. Vieram, depois, as “esferas de influência” e a “nova rota da seda”, com a China a alargar a sua influência geopolítica.

A gestão da pandemia acelerou essas tendências. A China quis ocupar o vazio estratégico deixado pelo abandono da liderança americana. Comportou-se como potência hegemónica, o que trouxe à evidência a natureza do regime: repressivo no plano interno, agressivo no plano internacional. A lei de segurança de Hong Kong, a lei da etnicidade do Tibete ou a esterilização das mulheres uigures são exemplos da repressão interna. Como os conflitos fronteiriços com a Índia e as pretensões territoriais no Mar do Sul da China o são da agressividade internacional.



O confronto está ao rubro, as acusações de espionagem e o fecho de consulados de ambas as partes não é mais que o último episódio desta rivalidade, que alterou a sua natureza: antes, essencialmente, económica e tecnológica, agora, também, política e diplomática. Definitivamente, estão em confronto dois modelos políticos

antagónicos e duas hegemónias alternativas. Esta rivalidade estratégica está a gerar um debate sobre se o mundo entrou ou não numa segunda guerra fria. Como na primeira, também agora são as duas maiores potências, dois regimes políticos opostos e o que está em causa, também, são valores, interesses e poder. E, claro, as duas potências querem a liderança mundial, mas nenhuma delas quer um conflito militar directo.

O que falta, então, para estarmos numa segunda guerra fria? A formação das alianças ou, para usar a expressão da primeira, a constituição dos blocos. Durante anos, a China empenhou-se em mostrar que a sua ascensão seria pacífica. Em poucos meses fez ruir tal ideia. Cresce a reacção internacional e os Estados Unidos aproveitam essa onda para lançar uma ofensiva diplomática e constituir uma aliança contra a China. A Europa, finalmente, tomou consciência. Quer reduzir a dependência económica, regionalizar as cadeias de valor e reindustrializar; quer garantir soberania tecnológica e alguns países interditaram, já, a Huawei. Mas, sobretudo, tomou consciência que a relação com a China não é uma mera questão económica. É uma opção geopolítica e que, mais cedo ou mais tarde, vai ter que optar entre a democracia e o neocomunismo, entre uma ordem liberal e uma ordem pós-democrática. Era bom que em Portugal começássemos a pensar nisto.

Professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa;
director do Instituto Português de Relações Internacionais

SUBSCREVA A NOSSA NEWSLETTER CARTAS AO DIRECTOR

TODOS OS DIAS

As mensagens enviadas pelos leitores ao director do PÚBLICO.

Verifique o seu email para terminar a subscrição.